

L E I N^o 1.667/90

Data: 16 de fevereiro de 1990

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 1.144/73 e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1^o - O art. 45, das disposições finais transitórias, da Lei nº 1.144/73, de 23 de agosto de 1973, fica acrescido dos parágrafos seguintes:

“Art. 45 -...

§ 1^o - Os ocupantes dos cargos a que se referem os artigos 18 e 21 desta Lei, cuja nomeação ou enquadramento não corresponder na série de classes, àquela determinada pelo tempo de serviço anterior à nomeação ou enquadramento, prestado ao Município de Bandeirantes, sob qualquer regime jurídico, serão promovidos à série de classe determinada por aquele tempo de serviço, dispensadas as formalidades do art. 45, desta Lei.

§ 2^o - No tempo de serviço referido no parágrafo 1^o, o próprio tempo de serviço ou o resíduo inferiores a três (3) anos, será computado para a promoção normal, em época própria definida em lei, ou, na falta desta, para a época da aposentadoria.”

Art. 2^o - A promoção a que se referem os §§ 1^o e 2^o, do art. 45, da Lei nº 1.144/73, de 23 de agosto de 1973, deixará de ocorrer, não se constituindo em direito, quando o funcionário, computando-se todo o tempo de serviço prestado ao Município de Bandeirantes, antes e depois da nomeação ou enquadramento, encontre-se em série de classe igual ou superior àquela que seria determinada pelo cômputo total de serviço até a data da última promoção.

Art. 3^o - Os benefícios desta Lei, nos termos do § 4^o, do art. 40, da Constituição Federal, serão estendidos aos funcionários inativos.

Parágrafo Único - Na correção dos proventos de inatividade, por força do disposto neste artigo 3^o, que não serão reduzidos, não serão computados, para fins de cálculo os eventuais avanços nos vencimentos, à época da

aposentadoria, ocorridos sem a correspondente ascensão na série de classes, de modo a afastar a duplicidade de direitos.

Art. 4º - A promoção aos funcionários ativos e os benefícios aos inativos, instituídos por esta Lei, não criam para os interessados quaisquer direitos retroativos em relação a vencimentos, vantagens e proventos.

Art. 5º - A promoção dos funcionários ativos e a extensão dos benefícios aos inativos far-se-ão por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês em que for publicada, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 1990.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal